



APROVADA EM REUNIÃO DE EXECUTIVO
DE 09/10/2014

União das Freguesias de Carnaxide e Queijas

Junta de Freguesia

ACTA DA REUNIÃO **REALIZADA EM 03 DE ABRIL DE 2014**

-----**ACTA NÚMERO 7**-----

Aos três dias do mês de abril de dois mil e catorze, pelas dezoito horas e trinta minutos, na Sede da Junta de Freguesia, no Salão Nobre, reuniu o Executivo da Junta de Freguesia de Carnaxide e Queijas, sob a presidência do Senhor Presidente Jorge Manuel de Sousa de Vilhena, estando presentes, o Senhor Secretário Américo Marques Ferreira Duarte, o Senhor Tesoureiro Luís Manuel Figueiredo Lopes, o Senhor Vogal José Pereira Rodrigues, o Senhor Vogal António Rocha e a Senhora Vogal Carla Sofia Guia Pinto. A Senhora Vogal Rosa Lopes Costa encontra-se ausente por motivos profissionais. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia Jorge Manuel de Sousa de Vilhena deu início à sétima reunião do Executivo, com a seguinte Ordem de Trabalhos, a qual foi aprovada por unanimidade: -----

Antes da Ordem do Dia: -----

1 – Informações -----

2 – Situação Financeira -----

Ordem do Dia: -----

1 - Proposta de Deliberação N.º 35/2014 – Aprovação de Medida contrato de emprego de Inserção + Recrutamento de pessoal – Beneficiários do RSI (assistente operacional); -----

2 – Proposta de Deliberação N.º 36/2014 - Aprovação de Medida contrato de emprego de Inserção + Recrutamento de pessoal – Beneficiários do RSI (assistente operacional); -----

3 – Proposta de Deliberação N.º 37/2014 - Celebração de Acordo de Estágio Curricular em Contexto Real de Trabalho, com a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa; -----

- 4** – Proposta de Deliberação N.º 38/2014 – 1ª Alteração Orçamental; -----
- 5** – Proposta de Deliberação N.º 39/2014 - Concessão a título perpétuo do Compartimento N.º 22 do Jazigo Paroquial N.º 1; -----
- 6** – Proposta de Deliberação N.º 40/2014 – Concessão a título perpétuo do Compartimento N.º 115 do Ossário N.º 2; -----
- 7** – Proposta de Deliberação N.º 41/2014 - Concessão a título perpétuo do Compartimento N.º 21 F do Ossário N.º 5; -----
- 8** – Proposta de Deliberação N.º 42/2014 – Abertura de Procedimento – Prestação de Serviços -----

Ponto – Um – Informações -----

- Pelo Senhor Vogal José Rodrigues foram prestadas as seguintes informações: -----
- A limpeza dos terrenos na Travessa da Bomba, em Linda-a-Pastora, será feita pelo proprietário conforme compromisso do mesmo, dentro de pouco tempo.
- As tampas das caixas de saneamento do Mercado Municipal estão entupidas, necessitam de ser substituídas por duas tampas novas.
- Hoje, os funcionários da limpeza da Câmara de Oeiras, limpam a Rua Cesário Verde, desde a Escola Cesário Verde até ao Restaurante “Flores do Jamor”. Limpam as ruas e cortaram as ervas das caldeiras das árvores. Amanhã, os nossos varredores vão fazer o resto da Rua Cesário Verde. -----
- O Senhor António já tem as bases das bandeiras com os respetivos paus prontos para entrega. -----

- Pelo Senhor Vogal António Rocha foram prestadas as seguintes informações: -----
- Realizou-se no último fim-de-semana a Feira de Artesanato, com todas as bancas ocupadas. Tem-se notado mais gente a visitar e, tanto quanto eu sei, os comerciantes estão satisfeitos. A próxima, que se realizará no próximo fim do mês, já tem todas as inscrições completas. -----

- Pelo Senhor Secretário foi dito o seguinte: -----
- Gostaria de saber se existe alguma informação sobre a construção de uma bomba de gasolina junto à rotunda da Quinta do Paizinho. -----

- Pelo Senhor Presidente foi dito o seguinte: -----
- Em relação à questão do Senhor Secretário, quero dizer que tive conhecimento em passagem no local e através de um email que me foi enviado a solicitar informação, por parte

de um munícipe, o qual foi encaminhado para a Policia Municipal, tendo obtido resposta onde constava que se tratava de uma aprovação de um particular para instalação de um posto de combustíveis miniatura. -----

Ponto – Dois – Situação Financeira -----

--- No período compreendido entre o dia vinte e quatro e vinte e oito de dois mil e catorze, conta ao nível das disponibilidades, com um saldo bancário de 5.092,53 € (cinco mil noventa e dois euros e cinquenta e três cêntimos); em caixa 431,66 € (quatrocentos e trinta e um euros e sessenta e seis cêntimos), sendo o total das disponibilidades de 5.784,02 € (cinco mil setecentos e oitenta e quatro euros e dois cêntimos) a transitar para a semana seguinte. Receitas entradas perfazem 29.910,77 € (vinte e nove mil novecentos e dez euros e setenta e sete cêntimos); despesas efetuadas e liquidadas num valor total de 21.439,45 € (vinte e um mil quatrocentos e trinta e nove euros e quarenta e cinco cêntimos). -----

Ordem do Dia: -----

1 – Proposta de Deliberação N.º 35/2014 -----

É com grande preocupação que esta autarquia tem verificado que o fenómeno do desemprego tem vindo a alastrar por todo o País, sendo este um dos problemas sociais com maior impacto ao nível da exclusão social e que afeta inúmeras famílias, impedindo-as do acesso à participação social e ao exercício pleno de cidadania. -----

Tal tendência tem vindo a agravar-se, não se verificando, a curto prazo, uma solução conjuntural que atenuar, ou pelo menos, contribua para minorar esta problemática, já que os dados têm vindo a evidenciar uma subida alarmante do fenómeno. -----

Sobre a matéria não restam dúvidas de que as medidas que o Governo tem vindo a adotar são bem intencionadas e destinadas a empreender uma reforma da Administração Pública que há muito vinha sendo sentida como urgente e necessária. Todavia, a última legislação publicada, respeitante ao recrutamento de trabalhadores, originará a dispensa de vários colaboradores da Administração Pública, por via da impossibilidade de renovação de contratos e cria obstáculos ao recrutamento de outros, para fazer face a necessidades temporárias e excecionais, pela excessiva morosidade dos procedimentos nas novas admissões. -----

Este enquadramento resultará inexoravelmente no agravamento do número de famílias afetadas pelo desemprego. -----

Constitui, na verdade, uma enorme preocupação a situação destas pessoas, muitas delas munícipes e até mesmo fregueses, pelo que o sentido de responsabilidade social não nos poderá deixar indiferentes ao sentimento das mesmas. -----

Observamos, também, que na reforma empreendida não foi acautelada a realidade municipal, em particular das Juntas de Freguesia, no que respeita à adaptação da legislação aprovada. -- Com efeito, há postos de trabalho específicos da administração local que, dadas as atribuições que os caracterizam, são particularmente relevantes e a sua não ocupação com celeridade, após a vacatura, acarreta sérios prejuízos para o normal desenvolvimento das actividades. -----

São, sobretudo, as tarefas cometidas aos trabalhadores da carreira de assistente técnico e assistente operacional, designadamente, administrativos (atendimento ao público), coveiros e operários qualificados, que mais evidenciam a necessidade de ocupação célere, não se compadecendo com a morosidade decorrente da aplicação de normas desajustadas da realidade municipal, especialmente no que ao recrutamento de trabalhadores na modalidade de contrato de trabalho a termo resolutivo certo ou incerto diz respeito, atenta a necessidade de fazer face a aumento excecional e temporário das actividades em causa. -----

O facto de não terem sido previstas normas conducentes à indispensável simplificação do procedimento, causa evidentes constrangimentos à prossecução das atividades das autarquias, justamente porque a excessiva morosidade no recrutamento de trabalhadores impede que, em tempo útil, as freguesias sejam dotadas convenientemente de pessoal. -----

Se são muitas as dificuldades que se observam no desenvolvimento da atividade das freguesias, decorrentes da entrada em vigor deste vasto conjunto de normas jurídicas, pensamos que as mesmas podem ser mitigadas com as medidas ativas de emprego que, em complementaridade aos instrumentos de proteção social, procuram melhorar os níveis de empregabilidade e estimular a reinserção no mercado de trabalho dos trabalhadores que se encontram em situação de desemprego. Com efeito, os contratos emprego-inserção e emprego-inserção + integram o conjunto destas medidas, ao permitirem aos desempregados o exercício de atividades socialmente úteis, promovendo a melhoria das suas competências socioprofissionais e o contacto com o mercado de trabalho, enquanto estes aguardam por uma alternativa de emprego ou de formação profissional. -----

Neste contexto e ao abrigo da portaria N.º 128/2009, de 30 de Janeiro, na redação que lhe foi dada pela Portaria nº 164/2011, de 18 de Abril e em face ao acima exposto propõe-se: ---

1 – Aprovação da seguinte Candidatura: -----

- Candidatura N.º 026/CEI+/14 (Medida Contrato Emprego-Inserção + – Beneficiários do RSI) para funções de serviços gerais (obras) atrás descritas – assistente operacional (Delegação de Competências), no valor 83,84 €/mês, acrescido do valor de subsídio de refeição atribuído à função pública e transporte ao Sr. Carlos Domingos do Rosário. -----

2 – Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

2 – Proposta de Deliberação N.º 36/2014 -----

É com grande preocupação que esta autarquia tem verificado que o fenómeno do desemprego tem vindo a alastrar por todo o País, sendo este um dos problemas sociais com maior impacto ao nível da exclusão social e que afeta inúmeras famílias, impedindo-as do acesso à participação social e ao exercício pleno de cidadania. -----

Tal tendência tem vindo a agravar-se, não se verificando, a curto prazo, uma solução conjuntural que atenuar, ou pelo menos, contribua para minorar esta problemática, já que os dados têm vindo a evidenciar uma subida alarmante do fenómeno. -----

Sobre a matéria não restam dúvidas de que as medidas que o Governo tem vindo a adotar são bem intencionadas e destinadas a empreender uma reforma da Administração Pública que há muito vinha sendo sentida como urgente e necessária. Todavia, a última legislação publicada, respeitante ao recrutamento de trabalhadores, originará a dispensa de vários colaboradores da Administração Pública, por via da impossibilidade de renovação de contratos e cria obstáculos ao recrutamento de outros, para fazer face a necessidades temporárias e excecionais, pela excessiva morosidade dos procedimentos nas novas admissões. -----

Este enquadramento resultará inexoravelmente no agravamento do número de famílias afetadas pelo desemprego. -----

Constitui, na verdade, uma enorme preocupação a situação destas pessoas, muitas delas munícipes e até mesmo fregueses, pelo que o sentido de responsabilidade social não nos poderá deixar indiferentes ao sentimento das mesmas. -----

Observamos, também, que na reforma empreendida não foi acautelada a realidade municipal, em particular das Juntas de Freguesia, no que respeita à adaptação da legislação aprovada. --

Com efeito, há postos de trabalho específicos da administração local que, dadas as atribuições que os caracterizam, são particularmente relevantes e a sua não ocupação com celeridade, após a vacatura, acarreta sérios prejuízos para o normal desenvolvimento das actividades. -----

São, sobretudo, as tarefas cometidas aos trabalhadores da carreira de assistente técnico e assistente operacional, designadamente, administrativos (atendimento ao público), coveiros e operários qualificados, que mais evidenciam a necessidade de ocupação célere, não se compadecendo com a morosidade decorrente da aplicação de normas desajustadas da realidade municipal, especialmente no que ao recrutamento de trabalhadores na modalidade de contrato de trabalho a termo resolutivo certo ou incerto diz respeito, atenta a necessidade de fazer face a aumento excecional e temporário das actividades em causa. -----

O facto de não terem sido previstas normas conducentes à indispensável simplificação do procedimento, causa evidentes constrangimentos à prossecução das atividades das autarquias, justamente porque a excessiva morosidade no recrutamento de trabalhadores impede que, em tempo útil, as freguesias sejam dotadas convenientemente de pessoal. -----

Se são muitas as dificuldades que se observam no desenvolvimento da atividade das freguesias, decorrentes da entrada em vigor deste vasto conjunto de normas jurídicas, pensamos que as mesmas podem ser mitigadas com as medidas ativas de emprego que, em complementaridade aos instrumentos de proteção social, procuram melhorar os níveis de empregabilidade e estimular a reinserção no mercado de trabalho dos trabalhadores que se encontram em situação de desemprego. Com efeito, os contratos emprego-inserção e emprego-inserção + integram o conjunto destas medidas, ao permitirem aos desempregados o exercício de atividades socialmente úteis, promovendo a melhoria das suas competências socioprofissionais e o contacto com o mercado de trabalho, enquanto estes aguardam por uma alternativa de emprego ou de formação profissional. -----

Neste contexto e ao abrigo da portaria N.º 128/2009, de 30 de Janeiro, na redação que lhe foi dada pela Portaria nº 164/2011, de 18 de Abril e em face ao acima exposto propõe-se: ---

1 – Aprovação da seguinte Candidatura: -----

- Candidatura N.º 026/CEI+/14 (Medida Contrato Emprego-Inserção + – Beneficiários do RSI) para funções de serviços gerais (Cantoneiro-Cemitério) atrás descritas – assistente operacional, no valor 83,84 €/mês, acrescido do valor de subsídio de refeição atribuído à função pública e transporte ao Sr. Eduardo António Alegria Barroqueiro. -----

2 – Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

3 – Proposta de Deliberação N.º 37/2014 -----

No âmbito das GOP para 2014, pretende esta Junta de Freguesia continuar a apoiar o tecido educativo, com o objetivo de fomentar um desenvolvimento equilibrado como forma de participação na sociedade. -----

A ULHT – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa, entidade tutelada pela COFAC – Cooperativa de Formação e Animação Cultural, crl., promove Estágios no âmbito do Programa Educativo, que visam a integração dos jovens no mundo laboral. -----

A ULHT apresentou a esta Junta de Freguesia um pedido de acordo de estágio curricular em contexto real de trabalho, para um aluno do Curso de Serviço Social com início de estágio a 04 de Abril e com duração de 210 horas. -----

Considerando o interesse na ocupação de jovens em contexto real de trabalho e a mais valia para os nossos serviços, **proponho:** -----

1 – A aceitação do estágio para o aluno proposto pela ULHT – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa, entidade tutelada pela COFAC – Cooperativa de Formação e Animação Cultural, crl., à semelhança de estágios concedidos anteriormente por esta Junta de Freguesia e a respetiva celebração do Acordo de Estágio com a referida Universidade; -----

2 – Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

4 – Proposta de Deliberação N.º 38/2014 -----

Em conformidade com o disposto na alínea a) do ponto 1 do art.º 16º da Lei N.º 75/2013 de 12 de Setembro, verifica-se a necessidade de proceder à 1ª Alteração do Orçamento de 2014. Face a uma gestão que se pretende analítica e periódica, com dedução em rubricas que não foram totalmente executadas reforçando rubricas que pela sua natureza foram necessárias reforçar, nomeadamente, os encargos contrato de emprego inserção – CEI e CEI+ (Bolsa, subsídio de refeição e de transporte), encargos com a segurança social, ADSE e ANAFRE, entre outros. -----

Face ao exposto, proponho: -----

1 – A aprovação da 1ª Alteração Orçamental no valor de 17.805,00 € (dezassete mil oitocentos e cinco euros); -----

2 – A aprovação da 1ª alteração do PPA no valor de 1.170,00 € (mil cento e setenta euros); -

--- A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

5 – Proposta de Deliberação N.º 39/2014 -----

No âmbito das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2014, tomou o signatário conhecimento da Informação n.º 96/2014, relativamente ao pedido do Sr. José Vitor Silva Montes, para concessão a título perpétuo do Compartimento N.º 22 do Jazigo Paroquial N.º 1. O referido compartimento é propriedade desta Junta de Freguesia, conforme informação n.º 88/2014 e Edital N.º 03/2014 de 06 de Março fazendo público *“que no dia 02 de Janeiro de 2014 foi declarada a prescrição do direito de aluguer o referido compartimento, com a consequente apropriação pela Junta de Freguesia, ao abrigo do art.º 25º, capítulo 5º do Regulamento do Cemitério Paroquial de Carnaxide”*. -----

Neste contexto, proponho: -----

1 – Que seja concedida a referida concessão do Compartimento n.º 22 do Jazigo Paroquial n.º 1 a título perpétuo, ao Senhor José Vitor Silva Montes, portador do Cartão de Cidadão N.º 13386820. -----

2 – Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

6 – Proposta de Deliberação N.º 40/2014 -----

No âmbito das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2014, tomou o signatário conhecimento da Informação n.º 107/2014, relativamente ao pedido da Sra. Maria Fernanda Salcedas Castanha e seu filho, para concessão a título perpétuo do Compartimento N.º 115 do Ossário N.º 2. -----

O supracitado compartimento é propriedade desta Junta de Freguesia, conforme informação n.º 112/2011, Edital N.º 01/2014 e declaração de que prescinde do referido compartimento, sob registo de entrada n.º 1293 de 13 de Junho, do Sr. Mário Joaquim Ferreira de Oliveira, responsável até à data pelo compartimento n.º 115 do ossário n.º 2. -----

Neste contexto, proponho: -----

1 – Que seja concedida a referida concessão do Compartimento n.º 115 do Ossário n.º 2 a título perpétuo, à Senhora Maria Fernanda Salcedas Castanha, portadora do Cartão de Cidadão N.º 04033955 e seu filho, Evélio José Gonçalves Castanha, portador do Cartão de Cidadão N.º 06019037. -----

2 – Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

7 – Proposta de Deliberação N.º 41/2014 -----

No âmbito das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2014, tomou o signatário conhecimento da Informação n.º 99/2014, relativamente ao pedido do Sr. Artur Jorge Almeida Dias, para concessão a título perpétuo do Compartimento N.º 21 F do Ossário N.º 5, para colocação da ossada referente a João António Almeida Dias, que se encontrava na sepultura temporária n.º 318 do talhão n.º 7 A, tendo sido exumado no dia 13 de Março de 2014. -----

No supracitado compartimento encontravam-se as ossadas da Sra. D. Maria do Rosário Silva, sendo que na presente data encontram-se em depósito (casa dos ossários) e irão para a sepultura n.º 1 do talhão n.º 10 (propriedade desta Junta). -----

É propriedade desta Junta de Freguesia o compartimento n.º 21 F do ossário n.º 5, conforme Edital N.º 01/2014 de 03 de Janeiro fazendo público “que no dia 03 de Janeiro de 2014 foi declarada a prescrição do direito de aluguer o referido compartimento, com a consequente

apropriação pela Junta de Freguesia, ao abrigo dos art.º 25º e 48º, capítulo 5º do Regulamento do Cemitério Paroquial de Carnaxide". -----

Neste contexto, proponho: -----

1 – Que seja concedida a referida concessão do Compartimento n.º 21 F do Ossário n.º 5 a título perpétuo, ao Senhor Artur Jorge Almeida Dias, portador do Bilhete de Identidade N.º 4713932. -----

2 – Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

8 – Proposta de Deliberação N.º 42/2014 -----

I – INTRODUÇÃO: -----

ANTECEDENTES FÁCTICOS -----

O crescente desemprego, carência social e económica de alguma população, aliado à procura junto daqueles que estão mais perto que são as Autarquias Locais, aliado ao fato que esta Junta de freguesia munuiu-se de diversos apoios diretos que concede ao cidadão, outros apoios por via do Município. -----

Conforme previsto nas GOP e Orçamento, nomeadamente na reorganização administrativa de processos, na delegação em Queijas por via da agregação das Freguesias em conformidade com a Lei N.º 11-A/2013 de 28 de Janeiro, torna-se necessário reforçar o setor de recenseamento, canídeos e eleições, pelo que decorre promover a aquisição de serviços, na modalidade de avença, com uma pessoa singular. -----

- A prestação de serviços terá início a 14 de Abril de 2014; -----

- A entidade, para desenvolver as atividades administrativas, proposta pelo serviço requisitante é a Sra. Vanessa Jorge da Cunha Pereira Sequeira Franco; -----

- O preço total desta aquisição de serviços rondará os €2.100,00 (dois mil e cem euros) correspondendo ao preço mensal de € 350,00 (trezentos e cinquenta euros); -----

- O valor estimado da aquisição de serviços anteriormente referenciada com cabimento na rubrica 02/01.01.07.99 (GOP/Orçamento de 2014); -----

- A fundamentação da necessidade destas aquisições de serviços foi fundamentada anteriormente; -----

- A aquisição de serviços em apreço, tendo em conta o valor do contrato a celebrar, enquadra-se no procedimento pré-contratual de ajuste direto simplificado com consulta a uma entidade, em função do valor, ao abrigo do n.º 1, alínea a) e alínea e) do n.º 2 do artigo 16.º, conjugado com o n.º 1, da alínea a) do artigo 20.º, artigo 36.º, n.º 1, artigo 38.º, alínea a) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 40.º, e artigo 113.º, todos do Código dos Contratos Públicos ("CCP"), conjugados com a Lei das Autarquias Locais, Lei nº 75/2013 de 12 de

Setembro, e pela Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro), artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, aplicável por força do disposto no artigo 14.º, n.º1, alínea f), in fine do preâmbulo do CCP; -----

- A aquisição de serviços anteriormente identificada é reconduzível na modalidade de contrato de avença, dado que, por um lado visa prestações sucessivas no exercício da profissão liberal, conforme tabela de atividades do artigo 151.º do CIRS, bem como implica uma prestação certa mensal, típica de um contrato de avença; -----

DOS PRESSUPOSTOS FÁCTICOS DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE AVENÇA: -----

- A atividade a desenvolver pela prestadora de serviços não reveste a natureza de trabalho subordinado, em concreto, por a prestadora não estar sujeita às condições em que se encontra organizada a atividade laboral, designadamente, horário de trabalho, existência de controlo externo do modo da prestação, obediência a ordens, ou sujeição à disciplina; -----

- A prestadora de serviços deverá comprovar ter a sua situação contributiva regularizada junto das finanças e da segurança social; -----

- A celebração de contratos de prestação de serviços, na modalidade de avença, é obrigatoriamente precedida de parecer prévio por parte do Executivo, nos termos da legislação em vigor. -----

II – ANÁLISE: -----

Nos termos do n.º 7 do artigo 35.º, da LVCR «o contrato de avença tem como objeto **prestações sucessivas no exercício de profissão liberal, com retribuição certa mensal**, podendo ser feito cessar a todo o tempo, por qualquer das partes, mesmo quando celebrado com cláusula de prorrogação tácita, com aviso prévio de 60 dias e sem obrigação de indemnizar» (sublinhado nosso). -----

Mais preconiza o n.º 2 do artigo 35.º da LVCR, que a celebração de contratos de avença **apenas** pode ter lugar quando, **cumulativamente** se verificarem os seguintes requisitos: ---

- a) Se **trate da execução de trabalho não subordinado**, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público;
- b) Seja observado o regime legal da aquisição de serviços; -----
- c) O contratado comprove ter regularizadas as suas obrigações fiscais e com a segurança social. -----

A Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014 (doravante identificada por “LOE 2014”), à semelhança das Leis que aprovaram o Orçamento de Estado para os anos de 2011, 2012 e 2013, consagra a obrigatoriedade de parecer prévio vinculativo, nos casos de celebração ou de renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da LVCR, independentemente da natureza da contraparte,

designadamente no que respeita a **contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença**. -----

O parecer prévio vinculativo favorável, cujos termos e respetiva tramitação serão objeto de concretização por meio de portaria do membro do Governo, depende da: -----

a) Verificação do disposto no n.º 4 do artigo 35.º da LVCR, isto é, de que se trata da **execução de trabalho não subordinado para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa**, a qual apenas será exigível com a entrada em vigor de portaria específica que regule os termos e condições do procedimento prévio de recrutamento de pessoal colocado em mobilidade especial, **o que ainda não se verificou**; -----

b) **Confirmação de declaração de cabimento orçamental**; -----

III - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E/OU REGULAMENTAR -----

A presente proposta de deliberação sustenta-se no enquadramento jurídico consagrado nos seguintes diplomas legais: -----

- **Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro**, com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 22-A/2008, de 24 de abril, Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 269/2009, de 30 de setembro, pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pela Lei n.º 34/2010, de 2 de setembro, pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, pela Lei n.º 66/2012, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 83-C/2013 de 31 de Dezembro que estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas, abreviadamente identificada por "LVCR"; -----

- **Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro**, que adapta a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro às autarquias locais, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro e pela Lei n.º 66/2012, de 31 de dezembro; -----

- **Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro**, que aprovou o orçamento de Estado para o ano de 2014, abreviadamente identificada por "LOE 2014"; -----

- **Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro**, que aprova o Código dos Contratos Públicos, com as alterações previstas na Declaração de Retificação n.º 18-A/2008, de 28 de março, na Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, no Decreto-Lei n.º 223/2009, de 11 de setembro, no Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, na Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, no Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro, na Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro

e no Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho, abreviadamente identificado por “Código dos Contratos Públicos” ou por “CCP”. -----

IV - PROPOSTA -----

Considerando que: -----

1 – Nos termos do disposto no n.º 11 do artigo 73.º da LOE 2014 é da competência do Órgão Executivo emitir parecer prévio vinculativo relativo à celebração de contratos de prestação de serviços na modalidade de avença; -----

2 – Existe a necessidade de reforçar o setor de recenseamento, canídeos e eleições; -----

3 - Tais serviços serão prestados pelo período de 6 meses, com início a 14 de Abril de 2014; -

4 – O preço devido pela prestação de serviços não será objeto de redução remuneratória, porque o preço mensal não é superior a €1.500,00 mensais; -----

5- Observam-se os requisitos previstos no n.º 5 do artigo 73.º da Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014; -----

Face ao exposto, proponho que o Executivo aprove em minuta a emissão de parecer prévio vinculativo à celebração de um contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença, com a prestadora de serviços Sra. Vanessa Jorge da Cunha Pereira Sequeira Franco, contribuinte n.º 188668330. -----

A prestadora de serviços deverá entregar situação contributiva da segurança social e das finanças. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Conforme disposição legal a transcrição de qualquer documento oficial tem que respeitar, na íntegra, o conteúdo e o texto constante nos documentos. Sendo facto que as Propostas de Deliberação aqui descritas se constituem documento oficial e a respetiva transcrição, que nesta Ata se faz, é feita reproduzindo na íntegra o texto original.

E por nada mais haver a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião às 19h50m.

O Executivo

O Presidente

(Jorge Manuel de Sousa de Vilhena)

O Secretário

(Américo Duarte)

O Tesoureiro

(Luís Manuel Figueiredo Lopes)

O Vogal

(José Pereira Rodrigues)

A Vogal

(Carla Sofia Guia Pinto)

O Vogal

(António Rocha)